



XVI Fórum Ministerial
para o Desenvolvimento na
América Latina e no Caribe

BARBADOS

30 a 31 de outubro e 1º de novembro de 2024



RESILIÊNCIA EM AÇÃO: POLÍTICAS SOCIAIS PARA NAVEGAR A
INCERTEZA NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE

Mesa Temática 4:

Financiando a Resiliência em Tempos Incertos: Vinculando Sistemas Fiscais aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável





Nota Técnica

1. Introdução

Os países da América Latina e Caribe (LAC) estão enfrentando uma combinação sem precedentes de desafios. A pandemia da COVID-19 [exacerbou as já frágeis condições socioeconômicas da região](#), destacando [profundas desigualdades estruturais e vulnerabilidades fiscais](#). As finanças públicas na região, que já estavam limitadas por receitas fiscais limitadas e altos níveis de dívida, ficaram sob imensa pressão à medida que os governos responderam à crise da saúde com maiores gastos em serviços de emergência e programas de proteção social. Como resultado, [os déficits fiscais aumentaram](#), com as taxas de dívida/PIB aumentando acentuadamente em toda a região. Em muitos países, a dívida pública atingiu [níveis insustentáveis](#), reduzindo o espaço fiscal para futuros investimentos em desenvolvimento e complicando os esforços de recuperação econômica.

O impacto da pandemia expôs as limitações dos sistemas fiscais existentes, enfatizando a necessidade de uma abordagem abrangente que alinhe as políticas fiscais com os objetivos de desenvolvimento. Para construir resiliência e alcançar um crescimento sustentável, os países da ALC podem querer repensar as políticas fiscais para focar em investimentos de longo prazo em capital humano, sustentabilidade ambiental e inclusão social. Isso requer uma mudança fundamental na maneira como os governos geram e alocam recursos públicos, garantindo que os sistemas fiscais não sejam apenas responsivos a crises imediatas, mas também [apoie as metas de desenvolvimento mais amplas da região](#).

As consequências econômicas da pandemia foram profundas, com a região vivenciando sua maior contração econômica em décadas. De acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), a economia da ALC [encolheu 7,4% em 2020](#), marcando um dos declínios mais acentuados do mundo. A pandemia empurrou milhões de pessoas para a pobreza, com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) estimando que [mais 22 milhões de pessoas na região caíram na pobreza extrema](#), revertendo anos de progresso na redução da pobreza. A crise [afetou desproporcionalmente grupos vulneráveis](#), incluindo mulheres, trabalhadores informais e comunidades indígenas, aprofundando ainda mais as desigualdades existentes. [As mulheres, em particular, foram desproporcionalmente impactadas](#) pelas perdas de empregos, pois estão super-representadas nos setores mais afetados pela pandemia, como turismo, varejo e trabalho informal. Ao mesmo tempo, as mudanças climáticas continuam a representar uma ameaça significativa às perspectivas de desenvolvimento da região. [A ALC é uma das regiões mais vulneráveis aos riscos climáticos](#), com o Caribe enfrentando furacões cada vez mais frequentes, enquanto os países da América do Sul sofrem com secas e inundações severas.

Enfrentar esses desafios interconectados requer uma abordagem abrangente e integrada à política fiscal que se alinhe aos objetivos de desenvolvimento. Para atingir isso, os governos da ALC poderiam desenvolver sistemas fiscais que priorizassem a sustentabilidade, a resiliência e a inclusão. Isso significa repensar as políticas fiscais, os gastos públicos e as estratégias de gestão da dívida para garantir que contribuam para as metas de desenvolvimento de longo prazo. Por exemplo, os governos poderiam explorar maneiras de ampliar as bases tributárias e reduzir a evasão fiscal, que [continua sendo um problema significativo em toda a região](#).



Além de melhorar a arrecadação de impostos, as políticas fiscais devem integrar a resiliência climática e a sustentabilidade ambiental. A região fez algum progresso nessa área, com países como Chile e Colômbia emitindo títulos verdes para financiar projetos de energia renovável e infraestrutura sustentável. No entanto, esses esforços precisam ser ampliados em toda a região, com maior foco na alavancagem de instrumentos financeiros inovadores, como empréstimos vinculados à sustentabilidade e instrumentos de dívida contingentes ao estado, que podem fornecer alívio automático da dívida em caso de grandes choques econômicos ou desastres.

O setor privado também desempenha um papel crucial no financiamento do desenvolvimento sustentável na ALC. Com as finanças públicas sob pressão, atrair investimentos privados por meio de parcerias público-privadas (PPPs) e financiamento combinado é essencial para financiar projetos de desenvolvimento críticos. [As PPPs foram usadas com sucesso](#) em países como Brasil, Chile, Colômbia, México e Peru para financiar projetos de infraestrutura em larga escala, como estradas, sistemas de água e instalações de energia, que são vitais para a recuperação econômica e o crescimento de longo prazo. [De acordo com o BID](#), as PPPs na ALC têm o potencial de mobilizar mais de USD 200 bilhões em investimentos até 2030, desde que os governos criem ambientes favoráveis por meio de estruturas regulatórias robustas e incentivos fiscais que incentivem a participação do setor privado no desenvolvimento sustentável.

Esta nota técnica visa explorar como os países da ALC podem alinhar seus sistemas fiscais com suas prioridades de desenvolvimento para construir resiliência e promover o desenvolvimento sustentável na região. Ela revisará os principais desafios enfrentados pelos governos no financiamento de esforços de recuperação, incluindo finanças públicas restritas, aumento dos níveis de dívida e aumento da vulnerabilidade a desastres relacionados ao clima. A nota também examinará o papel de instrumentos e mecanismos financeiros inovadores, como títulos verdes, financiamento combinado e dívida contingente do estado, no apoio a investimentos sustentáveis. Por fim, o documento fornecerá recomendações sobre como os governos podem alavancar o envolvimento do setor privado para preencher lacunas de financiamento e atingir os ODS até 2030.

2. Contexto dos Desafios Fiscais na ALC

O cenário econômico na ALC foi significativamente afetado pela pandemia da COVID-19, resultando em severas contrações na produção, aumento da dívida pública e desequilíbrios fiscais. Em 2020, a economia global sofreu uma contração de aproximadamente 4,3% do PIB devido à pandemia, com a ALC vendo alguns dos declínios mais acentuados entre os mercados emergentes. [O PIB da região caiu 7,4%](#), marcando a recessão mais acentuada em mais de um século.

As finanças públicas em toda a ALC estavam profundamente tensas enquanto os governos se esforçavam para responder à emergência sanitária, alocar fundos para proteção social e fornecer pacotes de estímulo econômico. Esse aumento significativo nos gastos públicos resultou em [déficits fiscais crescentes](#). [Dados do FMI](#) mostram que, entre 2019 e 2021, os déficits fiscais na região cresceram em média seis pontos percentuais, com vários países experimentando aumentos muito mais acentuados.

[Os níveis de dívida em toda a região se tornaram uma preocupação crescente](#), com o fardo geral da dívida da ALC agora excedendo 75% do PIB em muitos casos, com alguns países na região mostrando que suas taxas de dívida/PIB ultrapassaram 90% durante este período. Este aumento dramático na dívida foi acompanhado por [uma vulnerabilidade crescente a choques externos](#), como aumentos globais nas taxas



de juros e volatilidade dos preços das commodities. Essas vulnerabilidades colocaram mais pressão sobre as economias da LAC, particularmente aquelas dependentes de financiamento externo e da exportação de matérias-primas.

A pandemia ressaltou a [necessidade de os países da ALC adotarem políticas fiscais mais sustentáveis](#) que equilibrem as necessidades de recuperação de curto prazo com as metas de desenvolvimento de longo prazo. [De acordo com o BID](#), a recuperação da região pode levar mais tempo do que em outras partes do mundo, principalmente se os desequilíbrios fiscais não forem resolvidos. O foco deve mudar para o fortalecimento da mobilização de recursos domésticos, melhorando a arrecadação de impostos e implementando reformas fiscais que reduzam a dependência de empréstimos externos.

2.1 Impacto da Pandemia nos Déficits Fiscais e na Dívida Pública

A dependência da região de empréstimos externos, juntamente com o espaço fiscal limitado antes da pandemia, agravou as consequências econômicas. [De acordo com o Banco Mundial](#), a carga da dívida da ALC deve permanecer elevada no futuro próximo, com vários países já lutando para administrar os crescentes custos do serviço da dívida.

O FMI alertou que, sem reformas substanciais destinadas a melhorar a sustentabilidade fiscal, os países da ALC enfrentarão riscos crescentes de sobreendividamento. Isso é particularmente preocupante, dada a exposição da região aos mercados financeiros globais, onde condições monetárias mais restritivas em economias avançadas podem levar a maiores custos de empréstimos e saídas de capital. À medida que as taxas de juros globais continuam a subir, os países com grandes encargos de dívida são especialmente vulneráveis a choques fiscais. Sem reformas substanciais para estabilizar as finanças públicas, esses países enfrentam riscos elevados de sobreendividamento, especialmente porque continuam a lidar com os impactos da pandemia e choques econômicos externos, como inflação e tensões geopolíticas.

2.2 Desigualdade e Vulnerabilidade a Choques Externos

A pandemia também destacou e exacerbou desigualdades de longa data na região. A ALC é conhecida por seus altos níveis de desigualdade de renda, com disparidades significativas no acesso à saúde, educação e proteção social. O choque econômico causado pela COVID-19 [ampliou ainda mais essas lacunas](#), empurrando milhões para a pobreza. De acordo com a CEPAL, a pobreza extrema na ALC aumentou para 13,8% em 2020, revertendo anos de progresso na redução da pobreza. O [impacto da pandemia sobre os trabalhadores informais](#), que representam quase 50% da força de trabalho da região, foi particularmente grave, pois muitos não tinham acesso a sistemas formais de proteção social.

Além das vulnerabilidades sociais, a região continua altamente suscetível a riscos relacionados ao clima. A ALC é uma das [regiões mais propensas a desastres do mundo](#), enfrentando furacões, inundações e secas frequentes, o que coloca pressão adicional sobre os recursos fiscais. Os custos econômicos de desastres relacionados ao clima na região são substanciais: [de acordo com o BID](#), até 2050, os danos causados pelas mudanças climáticas podem custar USD 100 bilhões anualmente para a região. Esses riscos limitam ainda mais o espaço fiscal disponível para investimentos críticos em infraestrutura e resiliência climática, que são essenciais para atingir as metas de desenvolvimento.



2.3 Lacunas Fiscais na ALC

Mesmo antes da pandemia, muitos países da ALC enfrentavam lacunas fiscais significativas devido a limitações nos sistemas de arrecadação de impostos, altos níveis de evasão fiscal e gastos públicos ineficientes. [A evasão e a elisão fiscal na ALC totalizaram 6,7% do PIB regional](#) (USD 433 bilhões) em 2023, representando uma perda significativa de receita pública que poderia ser redirecionada para investimentos em desenvolvimento. Além disso, um [grande setor informal](#) — representando quase 50% da força de trabalho em alguns países — reduz significativamente a base tributável, pois os trabalhadores e empresas informais geralmente operam fora da estrutura tributária e regulatória formal, levando a menores receitas fiscais para os governos.

A dependência de empréstimos externos para financiar déficits fiscais levou ao [aumento dos níveis de dívida](#), particularmente em alguns países. No entanto, os empréstimos para preencher lacunas fiscais geralmente têm o custo da sustentabilidade fiscal de longo prazo, pois o fardo do serviço da dívida restringe os gastos futuros e as capacidades de investimento. O [Banco Mundial observa](#) que, mesmo quando as taxas de juros são favoráveis, o aumento da dívida pública, exacerbado pela pandemia, levou a pressões fiscais significativas. Essa situação limita o espaço fiscal para manobras e restringe investimentos futuros, dificultando o financiamento de projetos de desenvolvimento de longo prazo pelos países.

A pandemia da COVID-19 ampliou drasticamente as lacunas fiscais na região. Os governos foram forçados a aumentar significativamente os gastos públicos para lidar com a crise de saúde e fornecer alívio econômico. Isso foi agravado pela queda nas receitas devido à contração econômica. Entre 2019 e 2020, [os déficits fiscais nos países da ALC aumentaram](#) em média 6% ([o déficit fiscal combinado da América Latina expandiu](#) de 3,8% do PIB em 2019 para 8,3% em 2020). Em algumas das economias mais afetadas, como Argentina e Peru, os déficits aumentaram em mais de 10%, impulsionados por despesas emergenciais e queda nas receitas durante a crise econômica.

3. Ligação dos Sistemas Fiscais aos Objetivos de Desenvolvimento

Alcançar os ODS até 2030 requer uma mudança transformadora na forma como os governos em toda a ALC financiam suas prioridades de desenvolvimento. Alinhar os sistemas fiscais com os ODS é um mecanismo importante para que os gastos públicos, as políticas de tributação e as estratégias de gestão da dívida contribuam diretamente para os resultados do desenvolvimento sustentável, incluindo a redução da pobreza, a sustentabilidade ambiental e o crescimento inclusivo. No entanto, muitos países da ALC enfrentam desafios na mobilização de recursos domésticos adequados e na estruturação dos gastos públicos de maneiras que sejam consistentes com os ODS.



3.1. Integração dos ODS nos Orçamentos Nacionais

Uma das principais estratégias para vincular sistemas fiscais aos ODS é por meio da integração das prioridades dos ODS em orçamentos nacionais e estruturas fiscais. Esse processo envolve o alinhamento dos planos nacionais de gastos com os 17 ODS, garantindo que os fundos públicos sejam direcionados a setores críticos como saúde, educação, ação climática e proteção social. Países como México e Costa Rica fizeram avanços significativos na incorporação dos ODS em seus processos orçamentários, usando indicadores de desempenho alinhados aos ODS para rastrear a eficácia dos gastos públicos.

Na [Costa Rica](#), o Ministério das Finanças desenvolveu uma metodologia para avaliar como as alocações orçamentárias nacionais contribuem para cada ODS, incorporando essas metas ao Plano Nacional de Desenvolvimento e Investimento Público (PNDIP) e outras estruturas financeiras estratégicas, permitindo que os formuladores de políticas entendam melhor o impacto de suas decisões fiscais. A abordagem do país se concentra na integração de objetivos de desenvolvimento sustentável na gestão das finanças públicas, com ênfase particular na inclusão social e igualdade de gênero no orçamento do setor público. Esse alinhamento apoia uma alocação mais eficiente de recursos para setores prioritários como educação, saúde e iniciativas de desenvolvimento sustentável.

Por sua vez, [o México](#) implementou uma estrutura robusta que integra os ODS em seu processo orçamentário por meio de uma colaboração entre o Ministério das Finanças e o PNUD. O processo envolve vincular o Plano Nacional de Desenvolvimento com alocações orçamentárias, usar sistemas de avaliação de desempenho para monitorar o alinhamento com as metas dos ODS e empregar uma abordagem de gestão baseada em resultados para garantir que os gastos públicos contribuam diretamente para os ODS. O esforço do México para incorporar os ODS em seu planejamento orçamentário resultou na integração da maioria de seus programas de desenvolvimento com a estrutura dos ODS, aumentando a transparência e a responsabilização dos gastos públicos.

3.2. Fortalecimento da Mobilização de Receitas para o Desenvolvimento Sustentável

Para que os países da ALC financiem os ODS de forma eficaz, melhorar a mobilização de recursos domésticos é essencial. Muitos países da região sofrem com baixas receitas fiscais devido a sistemas fiscais fracos, altos níveis de evasão fiscal e uma grande economia informal. [De acordo com a OCDE](#), as receitas fiscais na ALC representam apenas 22,9% do PIB em média, em comparação com 34,1% nos países da OCDE. Fechar essa lacuna é fundamental para gerar os fundos necessários para investir em projetos relacionados aos ODS.

Nos últimos anos, vários países da ALC introduziram reformas tributárias progressivas com o objetivo de aumentar a arrecadação de receitas e reduzir a desigualdade. Em dezembro de 2020, [a Argentina](#) aprovou um imposto único sobre a riqueza chamado "Contribuição Extraordinária de Solidariedade", destinado a indivíduos com ativos no valor de pelo menos AR\$ 200 milhões (aproximadamente USD 2,4 milhões). As taxas de imposto variaram de 2% a 5,25% sobre ativos nacionais e estrangeiros. As receitas desse imposto foram destinadas a apoiar despesas relacionadas à pandemia, incluindo suprimentos de saúde, auxílio para pequenas empresas e suporte financeiro para comunidades vulneráveis impactadas pela COVID-19.

Além disso, os esforços de reforma tributária em países como Chile e Colômbia se concentraram em ampliar a base tributária e reduzir práticas de tributação regressiva, que impactam desproporcionalmente as famílias de baixa renda. A principal reforma tributária da [Colômbia](#), implementada em 2022, se concentrou



em tornar o sistema tributário mais progressivo, aumentando os impostos sobre rendas mais altas e reduzindo os benefícios fiscais para certas indústrias. O objetivo era garantir que os setores mais ricos da sociedade contribuíssem com uma parcela mais justa da receita nacional, abordando diretamente a desigualdade de renda. Da mesma forma, [o Chile](#) tomou medidas para ajustar suas políticas tributárias para distribuir melhor a carga fiscal e melhorar a equidade social. Essas reformas incluem medidas para limitar isenções fiscais, aumentar impostos sobre pessoas com renda mais alta e introduzir uma estrutura mais progressiva ao sistema tributário.

Além das reformas tributárias, os países da ALC também devem se concentrar em melhorar a administração tributária e reduzir a evasão fiscal, que custa à região bilhões de dólares a cada ano, conforme discutido anteriormente.

3.3. Promover Instrumentos de Financiamento Verdes e Sustentáveis

Para preencher a lacuna de financiamento para as prioridades de desenvolvimento, os governos da ALC estão cada vez mais se voltando para instrumentos de financiamento inovadores que se alinham com objetivos ambientais e sociais. Mecanismos de financiamento verde, como títulos verdes e empréstimos vinculados à sustentabilidade, oferecem uma avenida promissora para mobilizar recursos para projetos de resiliência climática e desenvolvimento sustentável.

Países como Chile e Colômbia já foram pioneiros na emissão de títulos verdes, levantando bilhões de dólares para financiar iniciativas de energia renovável e infraestrutura sustentável. Especificamente, [as emissões de títulos verdes do Chile](#) foram particularmente bem-sucedidas: o Chile foi o primeiro emissor soberano na ALC a vender títulos verdes, começando em 2019, e desde então emitiu um total de USD 25,9 bilhões em títulos ambientais, sociais e de governança (ESG), incluindo USD 7,7 bilhões em títulos verdes. A Colômbia também emitiu recentemente seu primeiro título verde no mercado local, levantando USD 197 milhões, com uma parcela significativa direcionada ao financiamento de projetos de água, transporte, proteção ambiental e energia renovável. Ampliar essas iniciativas em toda a região será fundamental para fechar a lacuna de financiamento necessária para atingir os ODS.

Além disso, empréstimos vinculados à sustentabilidade, que vinculam os termos de empréstimo à obtenção de metas específicas de sustentabilidade, estão ganhando força na região. Esses instrumentos fornecem incentivos financeiros para governos e empresas privadas investirem em projetos que contribuam para a ação climática, energia limpa e inclusão social. [O Uruguai](#) tem sido ativo no mercado de empréstimos vinculados à sustentabilidade. Tornou-se o primeiro país a garantir um empréstimo vinculado à sustentabilidade de USD 350 milhões do Banco Mundial, que vincula as condições de financiamento a metas ambientais específicas, como a redução das emissões de metano de seu setor pecuário. Esse empréstimo inovador permite que o Uruguai se beneficie de taxas de juros reduzidas se atingir essas metas de sustentabilidade predefinidas.

3.4. Políticas Fiscais Inclusivas e Sensíveis ao Gênero

Além do financiamento verde, o orçamento sensível ao gênero (GRB) é uma ferramenta poderosa para alinhar sistemas fiscais a objetivos de desenvolvimento. O GRB envolve incorporar considerações de



igualdade de gênero no planejamento e execução de orçamentos nacionais para garantir que os gastos públicos promovam o empoderamento das mulheres e reduzam as disparidades de gênero.

Países como México e Argentina têm estado na vanguarda da implementação de estruturas de GRB, usando auditorias e avaliações focadas em gênero para determinar o impacto de políticas fiscais sobre mulheres e grupos marginalizados. [O México](#) estabeleceu um dos sistemas de GRB mais abrangentes do mundo, com mecanismos para marcar e rastrear alocações orçamentárias destinadas a promover a igualdade de gênero. Este sistema, conhecido como Anexo 13, "Despesas para a Igualdade entre Mulheres e Homens", destina fundos especificamente para reduzir as lacunas de gênero por meio de vários programas e iniciativas públicas.

[A Argentina](#) também fez progressos significativos ao integrar considerações de gênero em seu orçamento nacional. O orçamento do país agora inclui uma perspectiva de gênero, com alocações específicas para programas voltados para fechar as lacunas de gênero e promover a autonomia das mulheres em áreas como participação econômica e tomada de decisão.

Essas medidas são reforçadas por organizações da sociedade civil, que conduzem auditorias de gênero e defendem a implementação transparente dessas políticas para responsabilizar os governos. Esses esforços não apenas contribuíram para uma maior igualdade de gênero, mas também melhoraram a eficácia geral dos gastos públicos, garantindo que os recursos sejam alocados de maneiras que beneficiem todos os segmentos da sociedade.

3.5. Garantir a Transparência Fiscal e a Responsabilização

Finalmente, a transparência fiscal e a responsabilização são componentes críticos de sistemas fiscais alinhados ao desenvolvimento. Garantir que os gastos públicos sejam transparentes e sujeitos a escrutínio ajuda a construir confiança nas instituições governamentais e garante que os recursos sejam usados de forma eficaz. Nesse sentido, ferramentas digitais e plataformas de dados abertos podem desempenhar um papel crucial no aumento da transparência dos gastos públicos e na melhoria do engajamento dos cidadãos no processo orçamentário.

Países como Uruguai e Costa Rica introduziram iniciativas de orçamento aberto, que permitem aos cidadãos rastrear como os fundos públicos estão sendo gastos e avaliar o alinhamento dos gastos do governo com as metas dos ODS. No [Uruguai](#), o governo estabeleceu mecanismos por meio de seu Escritório de Planejamento e Orçamento (OPP) e do Instituto Nacional de Estatística (INE) para garantir que as políticas e orçamentos nacionais estejam estreitamente alinhados com os objetivos dos ODS. Este sistema permite o monitoramento transparente dos fundos públicos e do progresso das metas dos ODS, promovendo a responsabilização e o engajamento público no processo de tomada de decisão.

[A Costa Rica](#) também tomou medidas significativas para implementar iniciativas de orçamento aberto, com foco na transparência e na alocação eficiente de recursos para projetos relacionados aos ODS. O país usa plataformas digitais para divulgar informações orçamentárias, o que incentiva a participação e a supervisão dos cidadãos nas decisões de gastos públicos.

Essas iniciativas não apenas promovem a responsabilização, mas também capacitam os cidadãos a participar do processo de tomada de decisões, garantindo que as políticas fiscais reflitam as necessidades e prioridades da população.



4. O Papel do Setor Privado

O setor privado desempenha um papel crítico no financiamento e na consecução dos ODS na LAC. Os recursos públicos por si só são insuficientes para cobrir a lacuna de financiamento que a região enfrenta para atingir os ODS até 2030. Alavancar capital privado por meio de instrumentos financeiros inovadores e parcerias é essencial para preencher essa lacuna e garantir que os investimentos sejam direcionados para um crescimento inclusivo e sustentável.

4.1 Parcerias Público-Privadas (PPPs) e Financiamento Misto

Parcerias Público-Privadas (PPPs) e mecanismos de financiamento combinado oferecem ferramentas eficazes para alavancar capital privado para financiar infraestrutura e serviços públicos críticos que apoiam a realização dos ODS. Esses instrumentos permitem que os governos reúnam recursos públicos com investimentos privados, compartilhando riscos e retornos para financiar projetos de larga escala em setores como transporte, energia, saúde e educação.

Por exemplo, o Peru tem sido um líder no uso de PPPs para financiar projetos de infraestrutura. Por meio do [projeto PPP "Lima Metro Line 2"](#), o governo peruano fez parceria com empresas do setor privado para construir um sistema de metrô de USD 5,6 bilhões com o objetivo de reduzir o congestionamento do tráfego, melhorar o transporte público e diminuir as emissões de carbono na capital.

O financiamento misto, que combina fundos de desenvolvimento público com capital privado para reduzir riscos de investimento, é outro mecanismo crescente na região. No [México](#), o Climate Investment Funds (CIF) combinou financiamento público e privado para apoiar o desenvolvimento de energia geotérmica. Por exemplo, o BID aprovou uma modificação de empréstimo de aproximadamente USD 108,6 milhões para promover investimentos privados em geração de eletricidade geotérmica. Este programa visa financiar até 300 MW de capacidade geotérmica e espera-se que alavanche uma estimativa adicional de USD 4,2 bilhões em investimentos públicos e privados. Ao reduzir o risco de investimentos privados, o financiamento do CIF atraiu a participação do setor privado, resultando em investimento substancial em projetos de energia limpa.

4.2 Mobilizar Capital Privado para o Desenvolvimento Sustentável

O envolvimento do setor privado é vital para financiar investimentos em larga escala em infraestrutura, energia renovável, saúde e educação, todos os quais são essenciais para atingir os ODS. Títulos verdes, empréstimos vinculados à sustentabilidade e títulos de impacto social são instrumentos financeiros inovadores que permitem que governos e empresas levantem capital para projetos alinhados aos ODS.

Como já mencionado, o Chile tem estado na vanguarda da emissão de títulos verdes, acumulando mais de USD 5 bilhões desde 2019 para financiar projetos focados em energia renovável, transporte limpo e resiliência climática. Esses títulos atraem investidores internacionais que buscam financiar projetos alinhados aos princípios ambientais, sociais e de governança (ESG, por suas siglas em inglês). Além disso, o Brasil tem utilizado empréstimos vinculados à sustentabilidade que vinculam os termos dos empréstimos a metas específicas de sustentabilidade, incentivando as empresas a melhorar seu impacto ambiental e social ao mesmo tempo em que acessam financiamento favorável.



4.3 Inovação e Modelos de Negócios Sustentáveis

Empresas privadas estão adotando cada vez mais modelos de negócios sustentáveis que contribuem para os ODS. O aumento do investimento de impacto, onde os retornos financeiros são combinados com resultados sociais e ambientais mensuráveis, está transformando a forma como o setor privado apoia as metas de desenvolvimento. Por exemplo, empresas [colombianas](#) de agronegócio foram pioneiras no uso de investimentos de impacto para desenvolver práticas agrícolas sustentáveis, melhorar a segurança alimentar e reduzir a degradação ambiental, ao mesmo tempo em que criam práticas comerciais ambientalmente sustentáveis. Uma iniciativa proeminente é a colaboração com produtores de cacau em [Orinoquia](#), onde esforços são feitos para estabelecer cadeias de suprimentos mais eficientes e sustentáveis. Isso envolve a reabilitação de terras previamente desmatadas e o aumento da renda dos agricultores locais, permitindo que cultivem cacau de forma sustentável. Além disso, a integração de práticas inteligentes em relação ao clima dentro desses setores agrícolas é vista como essencial para [promover a resiliência e melhorar os meios de subsistência](#), especialmente em regiões afetadas por conflitos.

Além disso, a criação de valor compartilhado, uma estratégia em que as empresas alinham suas metas de lucratividade com as necessidades da sociedade, está ganhando força na região. Empresas em setores como agronegócio, tecnologia e finanças estão desenvolvendo produtos e serviços que abordam os desafios relacionados aos ODS, ao mesmo tempo em que geram retornos financeiros. Este modelo ajuda as empresas a construir resiliência, promover a inovação e apoiar o crescimento inclusivo, ao mesmo tempo em que contribui para o desenvolvimento de longo prazo. Por exemplo, a International Finance Corporation (IFC) tem sido ativa no financiamento de projetos de agronegócio por meio de iniciativas como o [empréstimo verde de USD 80 milhões](#) para a Latin American Agribusiness Development Corporation (LAAD). Este investimento visa apoiar pequenas e médias empresas (PMEs) na adoção de práticas sustentáveis e na melhoria da eficiência do uso da água. Esse financiamento é crucial para melhorar o acesso ao capital para o agronegócio, que muitas vezes luta para garantir financiamento devido ao seu tamanho e riscos percebidos.

Além disso, [o investimento de impacto na ALC tem crescido](#), com um aumento notável em empreendimentos com foco em desenvolvimento agrícola, energia renovável e inclusão financeira. Uma parcela significativa dos investimentos de impacto tem como alvo a agricultura e o desenvolvimento rural.

4.4 Melhorar a Inclusão Financeira e a Inovação

O setor privado também está desempenhando um papel crucial na promoção da inclusão financeira, particularmente por meio do uso de tecnologias digitais. [As inovações em fintech](#) na ALC estão expandindo o acesso a serviços financeiros para populações anteriormente carentes, ajudando a lidar com a desigualdade e a pobreza. A região viu um rápido surgimento de empresas de fintech, com cerca de 40% dessas startups se concentrando em pequenas e médias empresas (PMEs) que [tradicionalmente têm acesso limitado a serviços bancários](#). Esse crescimento é particularmente importante no contexto da inclusão financeira, pois muitas fintechs alavancam a tecnologia para criar soluções fáceis de usar que atendem às necessidades exclusivas dessas populações.

[O Nubank](#) do Brasil, um banco digital, transformou o cenário bancário ao fornecer serviços financeiros a milhões de indivíduos não bancarizados, incluindo populações de baixa renda e rurais. O modelo de



negócios do Nubank não apenas promove a inclusão financeira, mas também apoia o empreendedorismo e o empoderamento econômico, especialmente para mulheres e comunidades marginalizadas.

4.5 Desafios e Oportunidades para o Envolvimento do Setor Privado

Apesar das contribuições significativas do setor privado para o financiamento dos ODS, vários desafios permanecem. Barreiras regulatórias, falta de incentivos claros para investimentos sustentáveis e instabilidade política em alguns países da ALC continuam a dificultar o engajamento do setor privado. Além disso, alinhar os investimentos do setor privado com as metas de desenvolvimento de longo prazo requer parcerias mais fortes entre governos, empresas e sociedade civil.

No entanto, as oportunidades para o engajamento do setor privado são vastas. Ao promover um ambiente regulatório favorável, oferecer incentivos fiscais para investimentos sustentáveis e encorajar a inovação, os governos da ALC podem catalisar ainda mais as contribuições do setor privado para os ODS. Com as estruturas políticas certas em vigor, o setor privado pode desempenhar um papel ainda maior no financiamento do desenvolvimento sustentável e na construção de resiliência contra crises futuras.

5. Finanças informadas sobre riscos: construindo resiliência

À medida que os países da ALC se esforçam para se recuperar dos impactos econômicos da COVID-19 e se reconstruir mais fortes, as finanças informadas sobre riscos se tornaram uma estratégia crucial para garantir resiliência de longo prazo. As finanças informadas sobre riscos se referem a políticas e estruturas financeiras que incorporam uma compreensão de vários riscos — como mudanças climáticas, desastres naturais e flutuações econômicas globais — em decisões de investimento público, gestão fiscal e planejamento econômico. No contexto dos ODS, adotar uma abordagem informada sobre riscos é vital para garantir que os investimentos não sejam apenas eficientes, mas também resilientes a crises futuras.

5.1 Compreendendo o Risco nas Políticas Fiscais

A exposição da região a riscos relacionados às mudanças climáticas, desastres naturais e choques econômicos externos torna o financiamento informado sobre riscos essencial para o desenvolvimento sustentável. Como já mencionado, a região da ALC é uma das mais vulneráveis a eventos relacionados ao clima, com países como os estados insulares do Caribe enfrentando furacões com frequência, enquanto as nações sul-americanas sofrem inundações, secas e deslizamentos de terra. Esses desastres naturais custam à região bilhões de dólares a cada ano e interrompem severamente a atividade econômica.

Além disso, a região é altamente sensível a choques econômicos externos, incluindo flutuações nos preços de commodities e aumentos globais nas taxas de juros, que podem desestabilizar os sistemas fiscais. Esse nível de exposição ao risco ressalta a necessidade de os governos integrarem avaliações de risco climático e de desastres em suas políticas fiscais e decisões de investimento público.



5.2 Instrumentos de Dívida Contingente do Estado (SCDI)

Uma abordagem promissora para gerenciar esses riscos é o uso de instrumentos de dívida contingentes ao estado (SCDIs). Esses instrumentos financeiros fornecem alívio automático da dívida em caso de crise, como um desastre natural ou uma grave retração econômica, ajudando os países a manter a estabilidade fiscal diante de choques. SCDIs vinculam os pagamentos da dívida de um país a condições específicas, como crescimento do PIB ou eventos climáticos, permitindo flexibilidade no serviço da dívida quando as crises acontecem.

Vários países da ALC experimentaram SCDIs. Por exemplo, em 2019, [Barbados](#) empreendeu uma reestruturação significativa de sua dívida soberana, que incluiu uma disposição inovadora vinculando os reembolsos a desastres relacionados ao clima. Essa reestruturação permitiu que o país pausasse os reembolsos da dívida no caso de um grande desastre natural, garantindo que os recursos necessários pudessem ser redirecionados para esforços de recuperação imediata. A reestruturação foi parte de um programa mais amplo de reforma econômica conhecido como plano de Recuperação e Transformação Econômica de Barbados (BERT). Ele visava estabilizar a economia e melhorar a sustentabilidade da dívida do país. Esse modelo poderia ser ampliado em toda a região, fornecendo uma rede de segurança financeira para países altamente vulneráveis a desastres naturais e choques econômicos.

5.3 Quadros Nacionais Integrados de Financiamento (QNIF)

Outra ferramenta essencial para construir resiliência fiscal é a implementação de Integrated National Financing Frameworks (INFFs). Os INFFs fornecem uma estrutura estratégica para alinhar o financiamento público e privado com as prioridades nacionais de desenvolvimento e os ODS, levando em conta vários riscos e garantindo que os recursos sejam alocados de forma eficaz.

[Vários países da ALC](#) estão em processo de desenvolvimento e implementação de INFFs, que podem ajudar a coordenar o financiamento de várias fontes — incluindo orçamentos públicos, investimentos privados e assistência internacional ao desenvolvimento — ao mesmo tempo em que incorporam avaliações de risco ao planejamento financeiro. Por exemplo, o Equador está trabalhando ativamente em seu INFF para melhor alinhar suas estratégias de financiamento com objetivos de desenvolvimento sustentável e aumentar o investimento em medidas de resiliência e adaptação climática. Outros países da ALC que implementaram INFFs ou estão desenvolvendo-os são Barbados, Colômbia, Cuba, Guatemala, Haiti, Jamaica, México, Suriname e Uruguai.

Os INFFs também aumentam a transparência e a responsabilização nos gastos públicos, pois fornecem um roteiro claro de como os recursos são mobilizados e alocados para atingir as metas nacionais de desenvolvimento. Ao incorporar estratégias informadas sobre riscos nessas estruturas, os governos podem garantir que seus sistemas fiscais estejam mais bem equipados para lidar com choques futuros.

5.4 Títulos de Resiliência e Títulos de Catástrofe

Instrumentos financeiros inovadores, como títulos de resiliência e títulos de catástrofe, também estão ganhando força como mecanismos para financiar investimentos informados sobre risco. Os títulos de resiliência são projetados para financiar projetos que reduzem a vulnerabilidade a desastres naturais, como



barreiras contra inundações, infraestrutura resiliente ao clima e proteção costeira. Esses títulos oferecem aos investidores a oportunidade de financiar projetos de resiliência, com o potencial de retornos financeiros vinculados à obtenção de resultados de redução de risco.

Títulos de catástrofe, ou "cat bonds", transferem o risco de desastres naturais dos governos para os mercados financeiros. Em troca de pagamentos regulares de cupons, os investidores concordam em arcar com as perdas financeiras associadas a uma catástrofe predefinida, como um furacão ou terremoto. Se o desastre não ocorrer, os investidores recebem seus pagamentos integrais de capital e juros; se ocorrer, o governo é liberado de pagar parte da dívida, que pode então ser usada para financiar esforços de recuperação.

Os países caribenhos têm sido líderes no uso de títulos de catástrofe por meio do [Caribbean Catastrophe Risk Insurance Facility](#) (CCRIF), que fornece cobertura de seguro contra eventos climáticos extremos e terremotos. O CCRIF ajudou países como Granada e Dominica a acessar liquidez imediata após furacões, permitindo que respondessem rapidamente a desastres e financiassem esforços de recuperação (após o furacão Maria em 2017, [Dominica](#) recebeu um pagamento de aproximadamente USD 19 milhões, enquanto [Granada](#) estava programada para receber mais de USD 44 milhões para lidar com os extensos danos causados pelo furacão Beryl em 2024).

6. Recomendações de Política

Dados os desafios fiscais e as oportunidades para alinhar os sistemas fiscais com os ODS na ALC, um conjunto de recomendações políticas robustas e prospectivas é crucial para abordar as necessidades de sustentabilidade e resiliência de longo prazo. As seguintes ações políticas são propostas:

6.1 Alinhar os Sistemas Fiscais com as Prioridades de Desenvolvimento

Os países da ALC se beneficiariam do alinhamento sistemático de suas políticas fiscais e orçamentos com suas prioridades de desenvolvimento. Alguns países da ALC já adotaram estruturas orçamentárias de ODS que priorizam os gastos públicos em áreas críticas, como redução da pobreza, ação climática e proteção social. Expandir esses esforços por meio do desenvolvimento de indicadores de desempenho detalhados que rastreiem as contribuições fiscais para as conquistas do desenvolvimento seria benéfico. Além disso, integrar as prioridades de desenvolvimento às políticas fiscais também pode garantir que as receitas fiscais sejam derivadas de maneiras equitativas e ambientalmente sustentáveis.

6.2 Melhorar a Mobilização de Recursos Nacionais

Para fechar a lacuna significativa de financiamento dos ODS, os países da ALC poderiam fortalecer sua mobilização de recursos domésticos. As reformas tributárias devem ser voltadas para ampliar a base tributária, reduzir a atividade econômica informal e combater a evasão fiscal. A região perde bilhões de dólares a cada ano para sonegação e evasão fiscal, e fechar essas brechas é essencial para aumentar os recursos disponíveis para investimentos relacionados aos ODS. Além disso, as reformas tributárias devem



ter como objetivo aumentar a progressividade, garantindo que os grupos de renda mais alta contribuam com sua parcela justa.

Investimentos em tecnologias digitais também podem melhorar a eficiência da arrecadação de impostos. A adoção de sistemas de e-tributação em toda a região pode reduzir custos administrativos e aumentar a conformidade tributária. Alguns países da região fizeram progressos significativos nessa área, modernizando sua infraestrutura de arrecadação de impostos e melhorando a conformidade.

6.3 Alavancar Instrumentos de Financiamento Inovadores

Ampliar o uso de instrumentos de financiamento inovadores é essencial para preencher a lacuna de financiamento para projetos relacionados ao desenvolvimento. Títulos verdes, títulos de impacto social e empréstimos vinculados à sustentabilidade oferecem caminhos promissores para atrair capital privado para o desenvolvimento sustentável. Alguns países da ALC já emitiram títulos verdes, levantando bilhões de dólares para financiar projetos de resiliência climática e energia renovável. Expandir essas iniciativas pela região e garantir que os governos criem uma estrutura regulatória de suporte para o financiamento verde será crucial para seu sucesso.

Além disso, misturar capital público e privado por meio de instrumentos como financiamento combinado pode mitigar riscos de investimento e atrair mais participação do setor privado em áreas como infraestrutura, saúde e educação. Os governos devem fazer parcerias com organizações internacionais e bancos de desenvolvimento para expandir o uso de financiamento combinado para investimentos relacionados aos ODS, especialmente em áreas com altos custos iniciais, como energia renovável e infraestrutura sustentável.

6.4 Reforçar as Políticas Fiscais Informadas sobre os Riscos

Os países da ALC podem querer considerar a adoção de políticas fiscais que sejam resilientes a choques externos, como mudanças climáticas, desastres naturais e flutuações econômicas globais. Finanças informadas sobre riscos são essenciais para garantir que os investimentos públicos sejam sustentáveis e possam suportar crises futuras. Instrumentos como instrumentos de dívida contingentes ao estado (SCDIs), que ajustam os pagamentos da dívida com base nas condições econômicas ou desastres naturais, oferecem uma maneira inovadora de gerenciar riscos fiscais.

Os INFFs também poderiam ser ampliados para garantir que o financiamento público e privado esteja alinhado com as prioridades nacionais de desenvolvimento e leve em conta os riscos futuros. Essas estruturas ajudam a coordenar o financiamento de várias fontes e garantem que os investimentos em infraestrutura crítica, proteção social e resiliência climática sejam bem administrados.

6.5 Promover Parcerias Público-Privadas (PPPs)

As PPPs são uma ferramenta vital para mobilizar capital privado para financiar projetos de larga escala relacionados aos ODS. Os governos devem promover um ambiente regulatório favorável às PPPs, incentivando a participação do setor privado em setores como energia renovável, saúde, transporte e



educação. Ao compartilhar riscos e recompensas, as PPPs podem desbloquear investimentos significativos do setor privado, ao mesmo tempo em que garantem que os projetos estejam alinhados com as metas de desenvolvimento público. Expandir iniciativas bem-sucedidas na região para outros países ajudará a resolver as lacunas de infraestrutura da região, ao mesmo tempo em que apoia as metas dos ODS.

6.6 Promover a Transparência e a Responsabilização

Transparência e responsabilização são essenciais para garantir que as políticas fiscais sejam eficazes na consecução dos ODS. Os governos devem investir em ferramentas digitais e plataformas de dados abertos que rastreiem os gastos públicos, permitindo que os cidadãos vejam como seus impostos estão sendo usados. Ao promover práticas de orçamento aberto e engajamento dos cidadãos, países como Costa Rica e Uruguai melhoraram a confiança pública e garantiram que as políticas fiscais estivessem alinhadas com as necessidades da população.

7. Conclusão

Esta nota técnica explorou os complexos desafios fiscais enfrentados pela ALC enquanto a região busca se recuperar da pandemia da COVID-19 e progredir em direção aos seus objetivos de desenvolvimento. Os sistemas fiscais da região estão sob pressão, com níveis crescentes de dívida, déficits fiscais ampliados e lacunas significativas de recursos que devem ser abordadas para financiar o desenvolvimento de longo prazo. No entanto, ao adotar estratégias fiscais informadas sobre riscos, mobilizar recursos domésticos e alavancar capital privado por meio de instrumentos de financiamento inovadores, os países da ALC podem construir resiliência e acelerar o progresso em direção ao desenvolvimento sustentável.

A chave para o sucesso está em alinhar os sistemas fiscais com as prioridades dos ODS, fortalecer a mobilização de recursos domésticos por meio de reformas tributárias progressivas e expandir o uso de financiamento verde e misto. As PPPs e o engajamento do setor privado serão essenciais para preencher a lacuna de financiamento dos ODS, enquanto políticas e instrumentos informados sobre riscos, como dívida contingente ao estado, podem ajudar os países a navegar por crises futuras de forma mais eficaz.

Em última análise, uma combinação dessas estratégias permitirá que os governos da ALC alcancem a sustentabilidade a longo prazo, reduzam a desigualdade e promovam o crescimento econômico inclusivo, garantindo que ninguém seja deixado para trás na busca pela Agenda 2030.